

CÂMARA em REVISTA

INFORMATIVO MENSAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE NITERÓI

Ano I - nº 6
setembro de 2011

Mobilização contra o fim de hospital

O presidente da Câmara, Paulo Bagueira, decidiu que a Comissão de Saúde vai voltar a Brasília para encontrar uma solução para o hospital Orêncio de Freitas. **Página 4**

Pesca artesanal em Itaipu vai ser tombada

O tombamento da pesca artesanal em Itaipu foi tema de audiência pública proposta pelo vereador Rensatinho, reunindo pescadores e autoridades municipais. **Página 7**

Professores pedem mais para a Educação

Recebidos em audiência pública dirigida pelo vereador Vitor Junior, os grevistas cobraram reajuste salarial, melhores condições de trabalho e transparência na Educação. **Pág. 15**

Encontro de jornalistas na Câmara

O Encontro Estadual de Assessorias de Comunicação Social deverá reunir cerca de 300 profissionais e estudantes dia 17, às 9h, na Câmara de Vereadores. **Página 5**



O secretário de Habitação, Marcos Linhares, diz que o programa "Aqui é minha casa" terá sete mil moradias no Bairro Modelo do Sapê

O projeto da Prefeitura de Niterói para construir sete mil casas e apartamentos populares na localidade de Fazenda, no Sapê, mobilizou cerca de 400 pessoas, em sua maioria moradores daquele bairro e abrigados no antigo quartel do Exército na Venda da Cruz. Na audiência pública presidida pelo vereador Paulo Bagueira, o secretário municipal de Habitação, Marcos Linhares, apresentou o programa "Aqui é minha casa", demonstrando em um vídeo como será realizado o empreendimento. Por sua vez, os moradores do Sapê que terão suas casas desapropriadas para dar lugar ao chamado Bairro Modelo também exibiram um filme mostrando a realidade local, destacando temerem perder a condição de vida que têm atualmente em suas moradias. **Páginas 2 e 3**

Escola técnica pode ficar no prédio dos Correios

Niterói finalmente vai ganhar uma escola técnica federal. O anúncio foi feito pela presidente Dilma Roussef, em agosto, consolidando uma luta encampada pela Câmara de Vereadores que, agora, busca um local onde possa ser instalado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifect). Um desses locais a serem analisados

em audiência pública marcada para o dia 16 de setembro é o prédio desativado da agência central dos Correios, no Centro. Em 1909, a cidade perdeu a oportunidade de ter uma dessas escolas porque a municipalidade não conseguiu oferecer uma área onde ela pudesse ser instalada pelo governo federal. **Página 6**

Câmara Municipal de Niterói

Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Presidente: Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

1º Vice-presidente: Carlos Alberto Pinto Magaldi

2º Vice-presidente: Padre Wilde Ricardo

1º Secretário: Emanuel Rocha

2º Secretário: Sergio Fernandes

Comissões Permanentes:

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente: Rodrigo Farah

Vice-presidente: Renato Cariello

Membros: Carlos Alberto Magaldi,
Leonardo Giordano e Roberto
Fernandes Jales (Beto da Pipa)

Vice-Presidente: Geivaldo R. de Freitas
(Renatinho)

Membros: Emanuel Rocha, Rodrigo Farah
e Waldeck Carneiro

Comissão de Finanças e Orçamento, Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte

Presidente: Carlos Macedo

Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Membros: Sergio Fernandes, Waldeck
Carneiro e Emanuel Rocha.

Comissão de Ciência e Tecnologia e Formação Profissional

Presidente: Waldeck Carneiro

Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Membro: Sergio Fernandes

Comissão de Urbanismo, Transportes, Obras e Serviços Públicos

Presidente: Roberto Fernandes Jales
(Beto da Pipa)

Vice-Presidente: Carlos Macedo

Membros: Renato Cariello, Rodrigo Farah e
José Vitor Bissonho Júnior

Comissão de Esporte, Turismo e Lazer

Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas

Vice-Presidente: Geivaldo R. de Freitas

(Renatinho)

Membro: Carlos Alberto P. Magaldi

Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

Presidente: Edgar Foly (Licenciado) -

José Antonio Toro Fernandes

Zaff (presidente)

Vice-Presidente: Roberto Jales (Beto da Pipa)

Membros: Carlos Macedo, Milton Carlos
Lopes (CAL) e Padre Wilde Ricardo

Comissão de Segurança Pública e Controle Urbano

Presidente: Renato Cariello

Vice-Presidente: Carlos Alberto P. Magaldi

Membro: José Augusto Vicente

Comissão de Educação e Cultura

Presidente: José Vitor Bissonho Júnior

Vice-Presidente: Waldeck Carneiro

Membros: Sergio Fernandes, Carlos
Macedo e Padre Wilde Ricardo

Comissão de Direitos Humanos, da Criança, do Adolescente, do Idoso, da Mulher e da Pessoa com Deficiência

Presidente: Geivaldo Ribeiro de Freitas

(Renatinho)

Vice-Presidente: Padre Wilde Ricardo

Membros: Luiz Carlos Gallo de Freitas,
José Vitor Bissonho Júnior e Waldeck
Carneiro

Comissão Administração, Estatística e Servidores Públicos

Presidente: José Augusto Vicente

Vice-Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas

Membro: João Gustavo

Comissão de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas

Presidente: André Diniz (Licenciado) -

Leonardo Giordano (presidente)

Vice-Presidente: José Augusto Vicente

Membro: Milton Carlos Lopes (CAL)

Comissão de Saúde e Desenvolvimento Social

Presidente: João Gustavo

Comissão de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval

Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Vice-Presidente: Renato Cariello

Membro: Waldeck Carneiro

Avenida Emani do Amaral Peixoto nº 625 Centro, Niterói, RJ - CEP: 24020-073

Tel: (21) 3716-8600 - www.camaraniteroi.rj.gov.br

Informativo mensal da Câmara de Vereadores de Niterói

Assessoria de Comunicação Social (jornalista responsável: Vinícius Martins)

Criação: Identgraf Design e Impressos Ltda

Editor: Gilberto Fontes - Textos: Eduardo Garnier - Fotos: Sérgio Gomes e Arquivo da Câmara

7 mil moradias

Um debate sobre a proposta da Prefeitura de Niterói para a construção de sete mil casas populares na localidade da Fazendinha, no Sapê, lotou a Câmara de Vereadores no fim de agosto. Quase 400 pessoas, em sua maioria moradores do Sapê e abrigados no 3º Batalhão de Infantaria, na Venda da Cruz, tomaram o plenário, as galerias, os balcões e o hall de entrada. Para apresentar o projeto à população o secretário municipal de Habitação, Marcos Linhares, exibiu um filme mostrando todas as fases do empreendimento. O chamado Bairro Modelo, entre o Sapê e Matapaca, na região da Grande Penotiba, integra o Programa Municipal "Aqui é Minha Casa", e segue os padrões do "Minha Casa, Minha Vida", do governo federal.

— Cinco mil moradias serão para famílias com renda até R\$ 1,6 mil. As outras duas mil serão para os que têm renda mensal de até R\$ 5 mil. Os apartamentos serão de sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço. Cada bloco terá 20 apartamentos, com quatro por andar — explicou o secretário.

Presidida pelo vereador Paulo Bagueira, a audiência pública contou também com as presenças do procurador-geral do município, Bruno Navega; da secretária municipal de Urbanismo, Christina Monerat; do presidente da Niterói Trânsito e Transportes, Sérgio Marcolini; e dos vereadores Beto da Pipa, Carlos Macedo, João Gustavo, José Augusto Vicente, Magaldi, Renato Cariello e Vitor Junior. "Cumprimos nosso papel ouvindo a sociedade, os desabrigados, o governo, os vereadores e os atuais moradores da Fazendinha. Nesta Casa sempre estará garantido o direito à livre manifestação. Nosso objetivo é o de colaborar para que a maioria seja beneficiada", explicou o presidente da Câmara. Também presentes, os vereadores Leonardo Giordano, Renatinho e Waldeck Carneiro colocaram-se contrários à forma como o projeto foi elaborado e disseram não acreditar que as obras de infraestrutura saiam do papel.

Temendo ter que deixar suas casas, moradores da

Bairro modelo mobiliza moradores do Sapê



Apoiado em cartazes e um vídeo que transmitiu no telão da Câmara, o secretário de Habitação, Marcos Linhares, explicou como será o projeto "Aqui é minha casa"

‘Bairro modelo terá sete mil moradias no Sapê’

Secretário Marcos Linhares

Fazendinha também lotaram o plenário e exibiram um vídeo, produzido por eles, mostrando a realidade local, suas particularidades e o prazer de morarem ali, apesar das dificuldades. “Somos contra o projeto, ele vai mudar radicalmente a realidade local. São pessoas que vivem ali há anos, com suas particularidades, cultura e modo de vida que devem ser respeitados”, disse José Geraldo Moreira Basilio, da Asso-

ciação de Moradores da Fazendinha. Toda a área está em processo de desapropriação.

O procurador-geral do município explicou como isso será feito: “Vamos indenizar as famílias que moram no local e não aquelas que dizem possuir apenas um título de propriedade e nunca residiram na região. Chamamos a Defensoria Pública para nos ajudar em todo o processo e estamos propondo três formas de indenização. A primeira, pagando em dinheiro pela benfeitoria construída, uma vez que todos os terrenos são posse. A segunda, dando um apartamento no local ou próximo e, a outra alternativa, seria a compra assistida

de outro imóvel”, disse Bruno Navega.

Pela proposta do Executivo, o Bairro Modelo terá quatro creches para 1.600 crianças, duas escolas com oito mil vagas, unidades de policiamento, área de esportes, rede de drenagem e saneamento básico. Sérgio Marcolini disse que novas linhas de ônibus serão criadas e atuarão de forma integrada aos terminais a serem construídos no Largo da Batalha e na RJ-104, no Caramujo. Comércio e áreas de lazer também fazem parte do empreendimento, disse a secretária Christina Monerat, ressaltando que as leis urbanas e de meio ambiente estão garantidas no projeto.



Cidade não pode ficar sem o Orêncio

Vereadores participaram de ato público em defesa do Hospital Municipal Orêncio de Freitas, no Barreto. O ato, promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), teve apoio do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Sindsprev), de funcionários do hospital, pacientes, familiares e moradores da região.

O secretário de Saúde, Euclides Bueno Neto, também participou do ato. “Caso a prefeitura não consiga reverter a situação, refinanciar o custeio da unidade e dividir isto com os parceiros da Região Metropolitana II, o hospital corre o risco de ter que fechar suas portas. Só com a ajuda dos governos federal, estadual e de municípios vizinhos conseguiremos reverter o quadro”, explicou Bueno.

Por determinação do presidente da Câmara, Paulo Bagueira, a Comissão de



Bagueira diz que irá a Brasília “quantas vezes for preciso” para evitar o fim do hospital do Barreto

Saúde deverá ir a Brasília, ainda este mês, para buscar uma solução.

— Estivemos em Brasília no início do ano e ouvimos das autoridades de saúde do Ministério que não é possível devolver o hospital para o Governo Federal. O município sozinho não tem condições de arcar com as despesas geradas, em grande parte, por pessoas de outros municípios. Mas a unidade não vai fechar, ela é fundamental para a população — disse o vereador João Gustavo, presidente da Comissão de Saúde. Também participaram do ato pela manutenção da unidade os vereadores Bagueira, Leonardo Giordano, Renatinho e Waldeck Carneiro.

Segundo a presidente do Cremerj, Márcia Rosa, diversos problemas podem levar ao fechamento do Orêncio. “As vagas para residência médica provavelmente não serão abertas em 2012. Em 30 anos isso nunca aconteceu. A unidade não poderá admitir

novos residentes, pois não tem condições de atender às exigências da Comissão de Residência Médica do Estado. A principal exigência é a abertura de 50 leitos em 60 dias”, disse Márcia.

O presidente Bagueira deixou claro que esta será mais uma luta encampada pelo Legislativo. “Vamos a Brasília quantas vezes forem necessárias para evitar o fechamento do Orêncio. Os funcionários, a população e as autoridades podem contar com o empenho da Câmara”, enfatizou Bagueira.

Em julho e agosto a Comissão de Saúde da Câmara visitou as unidades de saúde do município, entre elas o Orêncio de Freitas. O relatório final com um levantamento dos problemas encontrados e sugestões para melhoria do atendimento será enviado ao Ministério da Saúde e demais autoridades. Também integram a Comissão de Saúde Renatinho (vice-presidente); Emanuel Rocha, Rodrigo Farah e Waldeck Carneiro (efetivos).

Conselho vai fiscalizar situação do idoso

Mudanças nas diretrizes do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, propostas pelo prefeito Jorge Roberto Silveira, estão sendo discutidas na Câmara de Vereadores. Criado pela lei 1.839/2001, o Conselho deverá ser um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador da Política Municipal da Pessoa Idosa, vinculado técnica, financeira e administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social. A cada dois anos, deve promover a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para avaliar a Política Municipal do Idoso e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema. Também deve acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social de atendimento ao idoso, prestados à população por órgãos e entidades públicas, filantrópicas e privadas, bem como a

gestão dos recursos e os ganhos sociais resultantes dos projetos.

O Conselho vai formular e promover, em todos os níveis da administração, atividades que visem à defesa dos direitos dos idosos e à eliminação de discriminação. Será formado por nove representantes do governo das áreas de saúde, urbanismo, assistência social, educação, ciência e tecnologia, lazer e cultura, jurídica, serviços públicos, trânsito e transportes, e direitos humanos; e nove de entidades não governamentais. Terão mandato de dois anos. A proposta também prevê a criação do Fundo para a Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Fundepi). Sua receita será com dotações orçamentárias; contribuições e subvenções da União, Estado, Município ou entidades privadas.

Pérciles Rodrigues



Vinte das 25 integrantes do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres participam da sessão de posse

O Fonseca, na Zona Norte, é a região que mais registra violência contra mulheres. De dezembro até hoje houve um aumento, em todo o município, de 120% no número de atendimentos prestados pela Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói (Codim), revelou a coordenadora Satiê Mizubuti durante a posse das 25 integrantes do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, na Câmara de Vereadores.

— Após quatro anos de fundação é com prazer que presido esta sessão solene de posse. Quando exerci o mandato de vereadora nesta Casa, consegui aprovar um projeto criando a Codim. Nossa luta, a partir de agora, será a implantação de um abrigo para mulheres vítimas da violência — disse Satiê.

Formado por 13 representantes dos movi-

mentos sociais, sete do poder público e cinco dos segmentos políticos, o conselho está ciente dos desafios. “Niterói foi uma das primeiras cidades a realizar a Conferência das Mulheres, o que é muito significativo. A mulher representa hoje 51% do eleitorado brasileiro; entretanto, a sua participação nos Legislativos, sejam municipais, estaduais ou federal, é ainda muito pequena. Temos uma batalha árdua pela frente para regulamentar e unificar todas as políticas voltadas às mulheres”, destacou a socióloga Adriana Motta, superintendente estadual dos Direitos das Mulheres, que participou da mesa.

Para Satiê Mizubuti, a Câmara carece de representação feminina. “É fundamental uma mudança no pensamento social, destacando que a mulher não é propriedade masculina”. Presente ao evento, o vereador

Mulheres traçam suas políticas em Conselho

Leonardo Giordano reconheceu as desigualdades entre homens e mulheres. “Já foi muito maior no passado, mas sabemos que ainda é grande. Foi um acerto do governo municipal a escolha de Satiê para presidir este Conselho. A falta de mulheres no parlamento tem que ser corrigida e acredito que o trabalho da Codim pode contribuir”, disse Giordano.

Representando a OAB, o advogado Fernando Dias destacou a eleição da presidente Dilma Roussef pelo simbolismo. “A mulher está deixando de ser retaguarda do homem e assumindo posições em áreas nunca antes atingidas. Precisamos trazê-las para o movimento partidário”, enfatizou.

A III Conferência que elegeu as conselheiras e suplentes foi realizada em julho para o triênio de 2011 a 2014.

Encontro de assessores de imprensa na Câmara

A Câmara de Vereadores de Niterói vai sediar o Encontro Estadual de Assessores de Comunicação Social, dia 17 de setembro, a partir das 9 horas no Plenário Brígido Tinoco. O encontro, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, vai reunir profissionais e estudantes de comunicação para discutir o trabalho de assessorias de comunicação em órgãos públicos e privados das cidades fluminenses.

A escolha da Câmara para sediar o encontro foi definida durante reunião do presidente do Legislativo, Paulo Bagueira e dirigentes do Sindicato, representados por Fernando Paulino, José Antonio Fortuna Nogueira (Barroco) e Mário Sousa. Bagueira fez questão de ressaltar que a Câmara está sempre aberta a encontros, reuniões e eventos. “Para nós é uma honra emprestar nosso espaço a esse encontro



Barroco, Paulino e Mário Souza reunidos com Paulo Bagueira (na cabeceira)

estadual. Vamos cooperar ao máximo para o seu sucesso e reafirmar nosso posicionamento discutido durante as comemorações pelos 192 anos da Câmara, quando mostramos que Niterói continua a ser a capital afetiva do antigo estado do Rio”, disse Bagueira.

O Encontro deverá reunir cerca de 300 profissionais e estudantes de comunicação. “Estamos procurando parcerias para hospedagem e refeições dos participantes, além de uma programação cultural a ser incluída no evento”, disse Mário Sousa, assessor da Prefeitura de Niterói e um dos organizadores do Encontro.



Escola técnica no prédio dos Correios

Depois de uma longa batalha no campo político, envolvendo vereadores, educadores e o Congresso Nacional, Niterói finalmente vai ganhar uma escola técnica federal. O anúncio, feito pela presidente Dilma Roussef, em Brasília, dia 16 de agosto, consolidou uma luta encampada pela Câmara de Vereadores. Conforme destacou o vereador Waldeck Carneiro “esta é uma vitória do Legislativo, do conjunto de vereadores, da sociedade; e não deste ou daquele mandato, deste ou daquele segmento”. No próximo dia 16 de setembro, às 18 horas, no Plenário Brígido Tinoco, mais uma audiência pública será realizada para debater onde deverá ficar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifect).



O prédio centenário poderá abrigar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifect)

Na audiência pública marcada para o dia 16, um dos locais que serão analisados e que podem ser utilizados para implantação da escola técnica será o prédio desativado da agência central dos Correios, no Centro. “Temos que propor soluções e alternativas viáveis a curto, médio e longo prazo. É fundamental a participação da sociedade, dos educadores, das autoridades, de todos nesse processo. A unidade

de educação profissionalizante de Niterói está inserida na lógica regional. Tivemos uma experiência muito positiva com o Serviço Móvel de Atendimento às Urgências, o Samu, que atendia sete cidades. Com a escola técnica não será diferente, vai servir a todos os municípios que compõe o Conleste”, explicou Waldeck Carneiro. Segundo estudos do Ministério da Educação a unidade deverá receber mil alunos.

Em 1909 faltou terreno

A batalha para que Niterói tivesse sua unidade federal de ensino técnico profissionalizante começa, de fato, em 1909. No século passado uma das 20 escolas implantadas no Brasil deveria ter vindo para a cidade. Por falta de um local definido, a escola acabou indo para o município de Campos, no Norte Fluminense.

Em abril, os vereadores realizaram audiência pública, presidida pelo vereador Vítor Junior, para discutir a possível implantação de uma escola técnica na cidade. O encontro contou com a presença do deputado federal Chico D’Ângelo (PT); do representante do Ministério da Educação, Luiz Caldas; do secretário-executivo do Conleste, Álvaro Adolpho; do repre-

sentante do Sebrae, Américo Diniz; e de Fernando Marmolejo, do Programa das Nações Unidas para Grandes Assentamentos.

— Nosso objetivo era manter vivo o debate sobre uma unidade capacitada para oferecer mão de obra às inúmeras empresas que vão se instalar no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) que está sendo implantado em Itaboraí — lembrou Vítor Junior.

A audiência foi realizada no mesmo dia em que Dilma Roussef anunciava um programa federal de investimentos no ensino técnico superior, com orçamento de R\$1 bilhão.

Ainda em abril, os vereadores Paulo Bagueira, presidente do Legislativo; Carlos Magaldi, primeiro vice-presidente; e Waldeck Carneiro, acompanhados do deputado Chico D’Ângelo, estiveram com o ministro da Educação, Fernando Hadad; e o então ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio. “Por intermédio de Chico D’Ângelo tratamos do assunto em Brasília. Mostramos ao ministro da Educação a importância de formar nossos jovens para os desafios de abastecer a indústria do petróleo, o setor naval e demais segmentos de ponta da economia, de profissionais qualificados. Nosso apelo foi atendido e, agora, é buscar o local de instalação”, disse Paulo Bagueira.

Extração de mariscos afeta meio ambiente



Zaff lista para os catadores de mariscos as irregularidades que cometem afetando o ecossistema

A Comissão Permanente de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (Comarhs), da Câmara de Vereadores, visitou as praias de Boa Viagem, Flechas e Vermelha; e o Loteamento Maravista, na Região Oceânica. Nas praias foram apuradas denúncias de beneficiamento irregular de mariscos. No Maravista um desmonte era feito irregularmente em obra na Rua Rovane Tavares Guimarães.

O vereador José Antônio Fernandes, Zaff, que preside a Comissão, explicou que na lista de irregularidades praticadas pelos coletores de mariscos constam o acondicionamento impróprio do fruto do mar e a falta de limpeza na retirada do mexilhão das conchas, feito em contato direto com animais e insetos. “O cozi-

mento estava sendo feito em latas de tinta, com queima de materiais a céu aberto, gerando fumaça tóxica. A Comissão também percebeu que a deposição das conchas, após o cozimento, é feita diretamente no mar”, explicou. Para tentar solucionar o problema, foi protocolado um requerimento à Mesa Diretora da Câmara, para sugerir ao Executivo, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, “medidas imediatas para solucionar a questão”.

Em relação ao desmonte irregular no Maravista o vereador Zaff disse que os responsáveis pela obra não estariam cumprindo a restrição número 4 da licença ambiental que alerta para a necessidade de o terreno ser molhado periodi-

camente para não levantar poeira. “A principal queixa dos moradores do entorno é justamente a quantidade de poeira que a obra está levantando. Também identificamos o descumprimento da Lei 2.857/2011 que dispõe sobre a obrigatoriedade de informar, através de placas expostas nas obras, os números de autorizações e licenças ambientais”, disse Zaff.

Os interessados em fazer denúncias e sugestões ligadas ao meio ambiente da cidade podem entrar em contato com a comissão através do e-mail comarhs.camaraniteroi@gmail.com ou pelo telefone 2620-1321. Também fazem parte da Comissão os vereadores Beto da Pipa, como vice-presidente; Carlos Macedo, Milton Cal e Padre Ricardo, como membros efetivos.

Pelo tombamento da pesca artesanal

A pesca desenvolvida pela comunidade da Praia de Itaipu, na Região Oceânica, pode ser tombada e considerada patrimônio cultural de natureza imaterial. A proposta é do vereador Renatinho, que debateu o projeto de lei 263/2010 em audiência pública. Pescadores, vereadores e autoridades defenderam a iniciativa como forma de garantir a sobrevivência dos primeiros e de colaborar com a preservação do ecossistema.

Fernando Guida, secretário municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, disse que “preservar o microclima, microrregiões e ecossistemas é um desafio no mundo inteiro. Um documentário produzido por Eliana Leite e Laura França, ambas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) sobre a atividade artesanal desenvolvida pela comunidade foi exibido antes do debate. Antigos pescadores e integrantes da nova

geração foram unânimes ao defender o fim da pesca em larga escala praticada por grandes embarcações na região.

— A pesca artesanal no mar e na laguna de Itaipu, ali registrada há várias gerações, garante não só uma profissão, mas um modo de vida tradicional, associado às condições ambientais desses ecossistemas. Caracteriza-se, principalmente, pelo uso de instrumentos simples por pescadores autônomos, atuando sozinhos ou em parcerias, e pelo sistema de remuneração através da divisão da produção em partes — disse Renatinho.

O vereador José Augusto Vicente, morador da região, também defendeu a proposta de tombamento. “As antigas barracas de pescadores foram substituídas por restaurantes e o ambiente está degradado. Encaminhei à Assembleia Legislativa uma sugestão para que a pesca em larga escala fosse proibida

em todas as ensedas do estado”, conta José Augusto.

— Itaipu sempre foi cobiçada pela especulação imobiliária, está de frente para Copacabana. Não queremos ser uma Icaraí e, sim, preservar nossa história — diz o presidente da Associação Livre dos Pescadores Artesanais da Praia de Itaipu (Alpapi), Jorge Nunes de Souza, o Seu Chico.

Segundo relato de autoridades presentes à audiência pública, o canal aberto pela Construtora Veplan, que dividiu a praia ao meio criando o loteamento de Cambinhas, contribuiu muito para a escassez do pescado. Faixas expostas nas galerias também protestaram contra a construção do emissário submarino que pretende trazer o lixo industrial gerado no Complexo Petroquímico de Itaboraí. Participaram, ainda, o professor de Antropologia da UFF, Fábio Reis; e representantes dos pescadores.



NO PLENÁRIO



Bagueira (PPS)

Paulo Roberto de Mattos Bagueira Leal protocolou o projeto de lei 221/2011 que concede passe nos ônibus de Niterói, nos horários diurno e noturno, em todos os dias da semana, inclusive aos domingos e feriados, aos membros titulares dos Conselhos Tutelares do município, quando estiverem em serviço das políticas de atendimento à criança e ao adolescente.

“Com a concessão do passe livre nos transportes coletivos, os conselheiros em serviço terão maior mobilidade para prestar o atendimento à política dirigida ao apoio dos direitos das crianças e adolescentes, bem como para o efetivo cumprimento da Lei Federal 69, de 1990”, justifica Bagueira.

O uso da carteira de conselheiro tutelar é pessoal e intransferível, não podendo o conselheiro fazer uso do passe livre fora das suas atividades institucionais, sob pena de perda do mandato, mas garantida sua ampla defesa. O Conselho Tutelar ficará responsável pela confecção das carteiras a serem assinadas pelo presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e o representante da Promotoria Privativa da Infância e da Juventude.

2613-6765
Gabinete 20
vereadorbagueira@gmail.com



Beto da Pipa (PMDB)

Roberto Fernandes Jales, o Beto da Pipa, encaminhou a indicação 1.487/2011 à Prefeitura de Niterói sugerindo que sejam feitas obras na Rua Lopes da Cunha, no Cubango, destruída em decorrência de desmoronamentos provocados pelas chuvas de abril de 2010. “Pedi urgência ao prefeito, uma vez que a rua está com acesso prejudicado há mais de um ano, com grande trecho do asfalto destruído e risco de desabamento de residências localizadas na parte mais alta, como a de número 202”, diz o vereador.

Já na indicação 1.781/2011 ele pede a troca de lâmpadas na Rua Reverendo Armando Ferreira, em frente ao número 170, no Largo da Batalha, que estão queimadas. “A troca foi solicitada por alunos e professores do Colégio Estadual Leopoldo Fróes e por comerciantes da região. É uma forma de inibir a ação de marginais e colaborar com as autoridades da área de segurança pública”, destaca Beto.

O vereador Beto da Pipa também é presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, Transportes, Obras e Serviços Públicos da Câmara e vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.

2620-3179
Gabinete 87
betodapipa@yahoo.com.br



Cal (PP)

Milton Carlos da Silva Lopes, o Cal, apresentou o projeto de lei 251/2011 proibindo, quando da emissão de certidão negativa de tributos municipais pela Prefeitura de Niterói, a citação das palavras “Sob Ação Fiscal”. O artigo primeiro do projeto ressalta que a pessoa jurídica está inicialmente sob fiscalização, portanto, não existindo nenhuma irregularidade até o término das investigações.

“As empresas sofrem constrangimento e ficam impossibilitadas de participarem de concorrências públicas, o que causa enormes prejuízos financeiros. A imagem das firmas também fica comprometida e, mesmo que não venha a ser provado nada contra elas, o estrago já foi feito”, explica o vereador Cal.

Como presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval da Câmara, ele continua acompanhando o embate entre metalúrgicos e portuários que disputam áreas pertencentes ao Grupo Aeromarítimo (GAM) e à Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar, na Ponta da Areia. Tanto o Porto de Niterói quanto estaleiros desejam expandir para aquela área seus espaços de produção e manobra.

2622-2911
Gabinete 36
vereadorcalcamaradeniteroi@yahoo.com.br



Carlos Macedo (PRP)

Carlos Alberto de Macedo protocolou junto à Mesa Diretora da Casa o projeto de lei 254/2011, vedando a distribuição de publicações, filmes, ou qualquer tipo de material contendo orientações sobre a diversidade sexual nas escolas municipais de Niterói.

O material a que se refere a lei é aquele que contenha orientações sobre a prática da homoafetividade ou assunto correlato. "Hoje, se diz que as práticas homoafetivas são normais, em virtude do silêncio daqueles que disso discordam e em virtude da influência exercida no mundo inteiro por homossexuais importantes, declarados ou não. Tal fato não é verdade, pois até aqueles que praticam tais atos, sabem como ninguém que isso não é natural", justifica o autor da lei.

O vereador, que é líder do governo na Casa, acrescenta que "os ensinamentos e a educação aplicadas durante a nossa infância, é que irão nortear toda nossa vida. Se durante essa fase tão importante começarmos a receber informações sobre situações que contrariam nossos conceitos, iremos, em breve, formar uma sociedade repleta de pessoas com sérios distúrbios de personalidade".

2613-6814
Gabinete 50
carlosmacedo1@oi.com.br



Emanuel Rocha (PDT)

Emanuel Jorge Mendes da Rocha teve publicado em Diário Oficial seu projeto 217/2010, agora transformado em lei, segundo a qual os mercados, supermercados, hipermercados ou estabelecimentos similares, que mantenham mais de três caixas registradoras para atendimento aos consumidores, devem acomodar, em espaço único e de destaque, produtos alimentícios recomendados para pessoas com diabetes.

"Atualmente, estima-se que cerca de 240 milhões de pessoas sejam diabéticas, o que significa que 6% da população têm a doença. O objetivo dessa lei é oferecer aos portadores de diabetes facilidade para a localização dos produtos disponíveis no mercado", justifica o autor da lei.

Lembra o vereador que a diabetes é uma doença metabólica caracterizada pelo aumento anormal da glicose no sangue. A glicose é a principal fonte de energia do organismo, mas quando em excesso, pode trazer várias complicações à saúde.

Emanuel Rocha é advogado e ocupa a função de primeiro secretário da Mesa Diretora na atual legislatura da Câmara de Vereadores.

2620-7313
Gabinete 80
dremanuelrocha@predialnet.com.br



Gallo (PDT)

Luiz Carlos Gallo de Freitas protocolou o projeto de lei 158/2011 que determina sanções às práticas discriminatórias nos estabelecimentos comerciais, industriais e repartições públicas municipais contra as pessoas em virtude de sua orientação sexual. Entende-se por discriminação impor constrangimento; proibição de ingresso ou permanência; atendimento selecionado; e preterimento quando da imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos casos de hotéis e motéis.

Todos os estabelecimentos do município ficam obrigados a afixarem em local de destaque a frase "Nenhum estabelecimento pode discriminar pessoas em razão de sua orientação sexual".

"Existem cerca de 16 milhões de homossexuais no Brasil e, mesmo assim, o preconceito ainda acontece. O que os homossexuais querem é apenas poder exercer a sua capacidade de escolha livremente, sem se preocupar com a discriminação e a violência que a homofobia gera na população. Isso cria dificuldades para a vida dessas pessoas que são cidadãos com direitos e deveres, e nós não podemos nos omitir diante à discriminação", explica o autor da lei.

2620-4729
Gabinete 47
vereadorgallo@euvotogallo.com.br



NO PLENÁRIO



João Gustavo (PMDB)

João Gustavo Braga Xavier Pereira aguarda análise das comissões ao projeto de lei 231/2011, criando o Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita, a ser lembrado anualmente em 12 de junho.

Cardiopatia congênita ocorre por uma alteração no desenvolvimento embrionário de uma estrutura cardíaca ou da função do coração, que está presente no nascimento, podendo ser diagnosticada muito mais tarde.

“Através deste projeto pretendemos conscientizar as pessoas que devemos fazer exames logo que possível para diagnosticarmos esta doença, que pode ter tratamento intraútero, e tomar as medidas cabíveis para uma qualidade de vida melhor para um possível portador”, explica o vereador, que também preside a Comissão de Saúde da Câmara.

Em alguns lugares, como São Paulo, Mato Grosso e Rio de Janeiro, o dia 12 de junho já se tomou Dia de Conscientização da Cardiopatia Congênita. Os sintomas mais comuns são cianose, falta de ar, dedos em forma de baqueta de tambor, sudorese e cansaço dos bebês durante as mamadas e modificações no formato do tórax.

2620-3732
Gabinete 58
gabinete@vereadorjoagustavo.com.br



José Augusto Vicente (PPS)

José Augusto Tavares Vicente encaminhou às comissões da Câmara o projeto de lei 229/2011, estabelecendo condições para o licenciamento anual de veículos de transporte coletivo e escolar. Se aprovado, a renovação, manutenção e cessão de autorizações, permissões e concessões ficam condicionadas à obrigatoriedade de instalação e uso do aparelho tipo tacógrafo, que registra as velocidades do veículo.

Ficará a cargo do órgão responsável pela gestão dos serviços de transporte coletivo no município, a verificação e fiscalização da exigência de que trata esta lei, bem como a devida leitura dos dados contidos nos discos gerados pelos tacógrafos.

“A presente lei visa proporcionar ao município de Niterói a prerrogativa de melhor fiscalizar os serviços de transporte coletivo na cidade, prestados por ônibus, táxis e veículos de transporte escolar, mediante a análise de dados importantes registrados ao longo dos percursos realizados por estes veículos”, explica José Augusto. A fiscalização deverá ser realizada periodicamente, em prazo não superior a 30 dias, por autoridade designada pelo gestor dos serviços de transporte.

2613-6718
Gabinete 85
joseaugustovicente@hotmail.com



Leonardo Giordano (PT)

Leonardo Soares Giordano encaminhou ao Departamento Legislativo da Câmara o projeto de lei 255/2011, instituindo no município de Niterói o dia 1º de março como Dia Municipal da Dança.

Esta data, segundo proposta do legislador, será comemorada anualmente com reuniões, palestras, passeatas e apresentações voltadas ao incremento da prática da dança pelos artistas e pela população em geral.

“A data foi escolhida em homenagem à fundação de uma das primeiras companhias de dança do país: a Companhia de Ballet da Cidade de Niterói, criada em 1º de março de 1992, por iniciativa de um grupo de niteroienses que objetivava a existência de um importante núcleo oficial de trabalho para bailarinos, professores, coreógrafos e demais profissionais ligados ao universo da dança”, disse Giordano.

Sexta companhia pública criada no país, a Companhia de Ballet da cidade conta em seu quadro artístico com 30 bailarinos aprovados em concursos públicos e leva o nome de Niterói em apresentações de âmbito mundial, justifica o autor da lei.

2620-6754
Gabinete 72
vereador@leonardogiordano.com.br



Magaldi (PP)

Carlos Alberto Pinto Magaldi apresentou a indicação legislativa 1.745/2011. A iniciativa sugere à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos que, juntamente com a Niterói Trânsito e Transportes (NitTrans), proíba o tráfego de veículos pesados nos horários de maior movimento na Alameda São Boaventura, no Fonseca.

“Tal proibição faz-se necessária, já que o tráfego de veículos pesados e caminhões de grande porte pela principal via de ligação entre a Zona Norte e o Centro, dificulta muito a fluidez do trânsito, contribuindo para engarrafamentos e provocando vários acidentes”, justifica Magaldi, que é primeiro vice-presidente da Câmara.

O vereador acrescenta, ainda, que após as obras de implantação do Corredor Metropolitano, as pistas ficaram muito estreitas. “Na pista seletiva para os ônibus o trânsito está fluindo melhor, mas houve estreitamento para as outras duas faixas”, explica Magaldi.

O vereador também acompanha as informações sobre a proposta para construir um viaduto sobre a Alameda ligando a Ponte ao Caramujo. “Seria o fim do comércio e da paz no Fonseca”, diz ele.

2622-9760
Gabinete 44
vereadormagaldi@yahoo.com.br



Padre Ricardo (PDT)

Wilde Ricardo Rocha, o Padre Ricardo, deu entrada no projeto de lei 253/2011, que proíbe às empresas de ônibus de Niterói de incumbir aos motoristas a atribuição simultânea de dirigir e cobrar passagem.

As empresas que descumprirem a lei estarão sujeitas à advertência escrita, na primeira notificação, e multa de R\$ 10 mil em caso de reincidência. Quem insistir na irregularidade poderá ter a permissão para explorar o serviço cassada.

“É absolutamente incompatível obrigar o motorista de transporte coletivo a cuidar da cobrança de passagens, receber dinheiro e dar troco, diante do paradoxo gerado pela pressão do cumprimento de horários e ao constante aumento do fluxo de veículos que congestionam as ruas”, justifica o Padre Ricardo, autor da proposta de lei.

Os motoristas de ônibus, segundo levantamento realizado pela assessoria do vereador, pertencem a uma das categorias que mais sofrem em sua missão, sendo detentores dos maiores índices de doenças do coração e psicossomáticas, devido ao estresse a que estão submetidos diariamente no trabalho.

2620-0196
Gabinete 35
vereador.padrericardo@gmail.com



Renatinho (PSOL)

Geivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho, apresentou o projeto de lei 198/2011 instituindo o Programa Municipal de Xadrez nas praças, parques e áreas de lazer de Niterói.

Este programa deverá promover, fomentar e estimular a prática do xadrez e através de uma ampla divulgação junto à sociedade.

“O xadrez é o segundo esporte mais praticado no mundo, abaixo apenas do futebol. É um grande impulsionador da imaginação, e também contribui para o desenvolvimento da memória, da capacidade de concentração e da velocidade de raciocínio. Foi constatado que ele desempenha um importante papel socializante, por ensinar a lidar com a derrota e com a vitória, mostrando que a derrota não é sinônimo de fracasso nem a vitória de sucesso”, explica o vereador.

A Prefeitura terá que promover competições oficiais anualmente, com a participação, sempre que possível, de alunos de todas as escolas da rede pública municipal. O município poderá firmar convênios com clubes, associações e federações que pratiquem o xadrez, para a promoção do ensino e difusão nas praças públicas.

2620-5074
Gabinete 68
mandatorenatinho@yahoo.com.br



NO PLENÁRIO



Renato Cariello (PDT)

Renato Ferreira de Oliveira Cariello apresentou o projeto de lei 124/2011. A iniciativa dispõe sobre a coleta e a destinação final dos resíduos provenientes de vidros automotivos descartados, ou daqueles oriundos do comércio varejista. A lei proibirá o despejo desses resíduos junto com o lixo doméstico, comercial e industrial e o lançamento e disposição a céu aberto. Impede também o despejo em rios, lagoas, praias, várzeas, terrenos baldios, subsolo e poços.

“Vale lembrar que o Poder Público, a população e as empresas têm a obrigação de assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado às gerações futuras. Essa medida vem ao encontro de uma série de movimentos que tem ocorrido em todo mundo”, diz Cariello.

Pesquisa do Instituto Autoglass Socioambiental de Educação revela que, do total de 1,5 milhão de parabrisas quebrados no Brasil anualmente, apenas 5% são reciclados. Não existe estimativa de tempo para a decomposição do vidro, caso seja jogado na natureza. As empresas poderão, pela nova lei, efetuar a destinação final ou a reciclagem em instalações próprias ou mediante terceirização.

2620-7935
Gabinete 67
renatocariello@oi.com.br



Rodrigo Farah (PRP)

Rodrigo Flach Farah acompanha a tramitação nas comissões permanentes do projeto de lei 159/2011. Pela proposta os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do município de Niterói adotarão, preferencialmente, formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos.

Formatos abertos de arquivos são aqueles que possibilitam a interoperabilidade entre diversos aplicativos e plataformas, internas e externas. Os que permitem aplicação sem quaisquer restrições ou pagamento de royalties; e os que podem ser implementados, plena e independentemente, por múltiplos fornecedores de programas de computador, em múltiplas plataformas, sem quaisquer ônus relativos à propriedade intelectual para a necessária tecnologia.

Farah, que é presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, também aguarda aprovação do projeto de lei 29/2011, obrigando as instituições bancárias a criarem caixas eletrônicos, portas especiais e rampas de acesso apropriadas ao uso de pessoas portadoras de deficiência física e visual.

2613-6832
Gabinete 42
vereadorrodrihofarah@gmail.com



Sérgio Fernandes (PDT)

Sérgio Fernando Damas Fernandes aguarda análise e liberação das comissões permanentes da Câmara ao projeto 140/2010 de sua autoria. A proposta de lei do segundo secretário da Câmara estabelece que as padarias, mercados e supermercados de Niterói, ofereçam obrigatoriamente aos consumidores a opção de fatar os frios no ato da compra.

“O consumidor não pode ser obrigado a adquirir-los já fatiados previamente. Muitas vezes estão expostos há muito tempo no balcão frigorífico. Quem faz esta solicitação não pode passar pelo constrangimento de não ser atendido. O fatiamento antecipado já é usual e facilita e agiliza o atendimento, é verdade. Mas não pode ser a única opção”, explica Sérgio Fernandes.

Se for aprovada, essa lei somente poderá ser aplicada pelos estabelecimentos que tenham um mínimo de 15 funcionários. Em julho o vereador teve aprovado o projeto de lei 206/2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos cinemas que exibem filmes em terceira dimensão (3D) a promoverem a higienização dos óculos e demais equipamentos utilizados durante suas sessões.

2613-6782
Gabinete 51
vereadorsergiofernandes@yahoo.com.br



Vitor Júnior (PT)

José Vitor Vieira Bissonho Junior apresentou o projeto de lei 202/2011 que inclui na lista de material escolar para alunos da educação infantil a escova de dentes e o creme dental.

“As escolas ficam obrigadas a incluir na lista de material esses itens fundamentais e, a cada trimestre, deverão emitir um comunicado aos pais dos alunos, lembrando da importância da troca regular de escova de dentes e da verificação permanente da presença da escova e do creme dental na mochila da criança”, explicou o vereador.

Segundo especialistas, contaminações e infecções através da boca são comuns. A falta de higiene dentária é um fator determinante para estes casos. Como forma de prevenir doenças originadas por parasitas, a União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro luta para que sejam incluídos a escova e o creme dental na lista.

“Esta lei tem como objetivo estabelecer uma medida profilática, criando o hábito da escovação após as refeições. Portanto, o engajamento das escolas, através de uma atitude simples, pedagógica, sem custo, pode contribuir, em muito, à saúde bucal das crianças”, diz Vitor.

2613-6797

Gabinete 21

vereadorvitorjunior@gmail.com



Waldeck Carneiro (PT)

Waldeck Carneiro da Silva apresentou o projeto de lei 194/2011, que torna obrigatória a implementação de biblioteca escolar nas unidades da rede de ensino público e privado no município de Niterói.

Para administração e organização, cada biblioteca deverá contar com um bibliotecário formado em Curso de Graduação Plena em Biblioteconomia. “Para que os objetivos da educação sejam atingidos, é necessário que os recursos disponíveis na escola sejam plenamente adequados ao desafio da formação humana. Portanto, entre os diversos recursos educativos encontra-se a biblioteca escolar, indispensável ao desenvolvimento do processo de aprendizagem e à formação. A prática da leitura e a atividade de pesquisa são extremamente facilitadas com a existência de bibliotecas qualificadas”, explica o professor Waldeck.

Para efeito desta lei, compreende-se por biblioteca escolar o conjunto de acervo de livros, revistas, materiais videográficos e outros documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, à pesquisa, ao estudo ou à leitura. O vereador destaca a importância do bibliotecário, como gestor de acervos e animador cultural.

2621-0505

Gabinete 11

vereadorwaldeck@gmail.com



Zaff (PDT)

José Antônio Toro Fernandez, teve aprovada e publicada em Diário Oficial a lei 113/2011, obrigando que as placas de obra informem os números dos processos e autorizações e licenças emitidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A informação quanto ao número do processo vale para obras que envolvam licenças de instalação, desmonte e demolição; a autorizações de retirada de vegetação e recebimento de aterro.

“Este projeto visa dar maior publicidade e transparência à municipalidade sobre licenças concedidas pelos órgãos municipais e estaduais para obras realizadas no município, orientando e facilitando os órgãos fiscalizadores a verificar a regularidade de empreendimentos”, explica Zaff.

As placas deverão ser colocadas em local visível e de tamanho que possibilitem às pessoas as enxergarem, de forma clara e legível. “Essa lei é mais um instrumento eficaz à disposição do povo e das autoridades. A lei em questão é mais um instrumento eficaz à disposição do povo e das autoridades”, disse Zaff, que preside a Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.

2620-1321

Gabinete 89

zaff@zaff.com.br



NA COMUNIDADE

Folclore tem um dia de festa

Atores, bailarinos, músicos, pintores, poetas, escritores e demais integrantes das mais diversas formas de expressão cultural, participaram de um dia inteiro de atividades na Câmara de Niterói. No dia dedicado ao Folclore, brancos, negros e índios juntaram-se para celebrar a cultura em suas diferentes correntes. As dependências externas e internas do Legislativo ganharam novas cores e significados.

As escadarias da entrada principal foram lavadas por integrantes do Instituto Zezeu de Capoeira Livre, marcando a união simbólica de todas as vertentes artísticas da cidade. O evento foi organizado pelo Conselho Municipal de Cultura e pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara, presidida pelo vereador Vitor Junior, e pretendeu montar um painel das tradições e da produção artística de Niterói.

No palco montado na frente do prédio, apresentaram-se a banda da Associação de Pais e



O grupo de baianas lava as escadarias da Câmara Municipal ao som dos berimbaus e tambores do grupo de danças africanas

Amigos dos Excepcionais (Apae), com seus 27 integrantes; e a Companhia de Dança Muanza Mesú, com os alunos do professor Alê de Freitas. O Coral da Companhia de Limpeza de Niterói (Clin) veio em seguida cantando sucessos da Música Popular Brasileira. Alunos da Escola Municipal Levi Carneiro, do Sapê, cantaram e sapatearam. A oficina de dança ministrada pelo

Jongo Congola, da Tia Noinha, de Campos dos Goytacazes, veio ensinar os interessados a darem os primeiros passos nas tradicionais danças afro e contar um pouco da história dos negros africanos e sua cultura. Índios montaram mesas com artesanato e produtos medicinais produzidos a partir da flora nativa brasileira.

Já no saguão de entrada foram montados espaços para exposições de artesanato indígena e reciclado, venda de livros produzidos pela editora da Universidade Federal Fluminense e um estande especial em homenagem aos 99 anos do jornalista e escritor Luís Antônio Pimentel, homenageado pelos vereadores no início do mês

durante a festa de 192 anos da Câmara. Poesia e pintura também fizeram parte da programação. Também integram a Comissão de Cultura da Câmara os vereadores Waldeck Carneiro, como vice-presidente; e os colegas Carlos Macedo, Padre Ricardo e Sérgio Fernandes, como membros efetivos.

Cultura é debatida em audiência pública

Uma audiência pública convocada pelo vereador Vitor Junior, presidente da Comissão de Cultura da Câmara, e que contou com a presença do vice-prefeito José Vicente Filho, fez uma radiografia do setor. “É fundamental que tenhamos um Plano Municipal de Cultura e uma agenda positiva com diversas frentes”, disse o vereador. O presidente da Fundação de Artes de Niterói (FAN), Marcus Sabino, disse que, como artista, sempre representará Niterói, mas destacou que, como gestor, enfrenta “lutas difíceis”.

— O incentivo dado pelas três esferas de poder é muito pequeno. Assistimos todo ano as dificuldades para colocar o carnaval na rua —, lembrou o vereador Carlos Magaldi.

Leonardo Giordano cobrou “um Conselho atuante e independente, um plano de curto, médio e longo prazo e a criação do Fundo de Cultura”. Waldeck Carneiro e Renatinho também cobraram maior investimento. “Os gestores da área até que são emblemáticos e comprometidos com a causa. Mas não têm

apoio algum. Basta ver a situação da Companhia de Balé, da Orquestra Sinfônica da UFF, do Cinema Icaraí e de tantas outras iniciativas e manifestações culturais da maior relevância que vivem de pires na mão”, disse Waldeck.

Durante o encontro, foram apresentados os integrantes do Conselho Municipal de Cultura, presidido por Sadir Bianchini. Participaram da mesa também Delmar Cavalcanti, da Secretaria Estadual de Cultura, e Reginaldo Magalhães, do Ministério da Cultura.

Número de vereadores em votação

A Câmara tem prazo até o início de outubro para definir o número de vereadores para a próxima legislatura. Pela emenda constitucional 58, de 23 de setembro de 2009, o Legislativo de cada município recebeu a missão de definir a quantidade de legisladores em suas cidades. A Câmara terá que decidir se mantém o número atual de 18 vagas, se retorna a 21 como antes ou se chega a 25, o teto máximo.

Os vereadores realizaram uma audiência pública, dia 30 de agosto, que acabou sendo interrompida. “De forma democrática, sem que a lei nos obrigue, votamos, aprovamos e fizemos a audiência pública sobre tema tão relevante para a cidade. Foi lamentável a interrupção dos debates pelos professores em greve. O plenário estava lotado com a presença de presidentes de partido, ex-deputados, vereadores, representantes da sociedade civil e gente do povo. Foi uma pena não termos podido aprofundar a discussão”, disse o presidente do Legislativo, vereador Paulo Bagueira.

Por conta da necessidade de duas votações com interstício (espaço de tempo regimental) de dez dias entre uma e outra, talvez não seja possível a realização de nova audiência pública. “Vamos promover reuniões internas com todos os vereadores para buscarmos um consenso. Queremos chegar ao plenário com uma posição definida quanto ao número de vereadores para 2013. Vale destacar que, mesmo aumentando esse número, seja ele qual for, o orçamento da Câmara será o

O QUE DIZ A EMENDA 58

Até 15 mil habitantes	9 vereadores
Mais de 15 mil até 30 mil	11 vereadores
Mais de 30 mil até 50 mil	13 vereadores
Mais de 50 mil até 80 mil	15 vereadores
Mais de 80 mil até 120 mil	17 vereadores
Mais de 120 mil até 160 mil	19 vereadores
Mais de 160 mil até 300 mil	21 vereadores
Mais de 300 mil até 450 mil	23 vereadores
Mais de 450 mil até 600 mil	25 vereadores

ANTES

O número de vereadores de cada cidade era definido pelo Supremo Tribunal Federal

AGORA

O Poder Legislativo local define a quantidade de cadeiras na Câmara de Vereadores

mesmo. Não receberemos nenhum repasse a mais”, explica Bagueira.

Estudo técnico - Antecipando-se ao debate, a Procuradoria-Geral da Câmara elaborou estudo detalhado para tentar dirimir dúvidas de partidos, vereadores e interessados no tema. “Antes da promulgação da emenda, os municípios podiam ter um mínimo de nove e um máximo de 21 legisladores nas cidades com até um milhão de habitantes. Até cinco milhões esse número variava entre 33 e 41 vereadores. O teto chegava a 55 nos lugares com mais de cinco milhões. A Constituição da República, agora, está devolvendo aos legislativos municipais o direito de modificar a Lei Orgânica e definir o número de vereadores”, disse o procurador-geral Gastão Menescal Carneiro Filho.

Outro ponto da emenda constitucional é o que modificou o critério de repasses das prefeituras. Os limites variavam de 5% a 8% da receita municipal e, agora, diminuíram ficando entre 3,5% e 7%. Ressalta Gastão Filho que qualquer mudança nas regras eleitorais deve ser feita um ano antes das próximas eleições.

Professores pedem mais para Educação

A greve dos professores da rede municipal movimentou a Câmara de Vereadores em agosto. Recebidos no gabinete da Presidência pela Comissão de Educação e Cultura, os professores conseguiram agendar uma audiência pública onde puderam expor críticas e, por intermédio direto dos vereadores, marcar um encontro com o prefeito Jorge Roberto Silveira, que acabou não acontecendo. Os professores pedem reposição das perdas salariais para toda a categoria, incluindo o pessoal de apoio; melhores condições de trabalho e mais transparência nos atos da Fundação Municipal de Educação (FME).

Em nota enviada aos vereadores, a FME alega que a política salarial do município tem priorizado a “ampliação da rede, a qualidade do atendimento aos alunos e a valorização dos servidores”. Ainda segundo o informe, a média salarial de um professor I é de R\$ 2.302, para uma carga horária de 24 horas. Os professores nível II recebem em média R\$ 2.526,

por 16 horas; e pedagogos, com carga de 20 horas, têm salário médio de R\$ 2.624. Os merendeiros, com jornada de 40 horas, recebem em média R\$1.140. Fechando o comunicado, datado de 3 de setembro, a FME assegura que, de 2009 a 2011, os professores tiveram um reajuste salarial da ordem de 33,38%.

Sem debate - Por não terem sido recebidos pela Prefeitura, representantes do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação invadiram o plenário da Câmara quando se discutia a emenda constitucional 58, que deixa para os legislativos municipais a tarefa de fixar seu número de vereadores. A atitude foi criticada pela maioria dos presentes. “Se não foram recebidos e queriam novamente nosso apoio tomaram a decisão errada ao promoverem tumulto e invasão do plenário. Não foi um comportamento correto para educadores”, lamentou o presidente Bagueira.



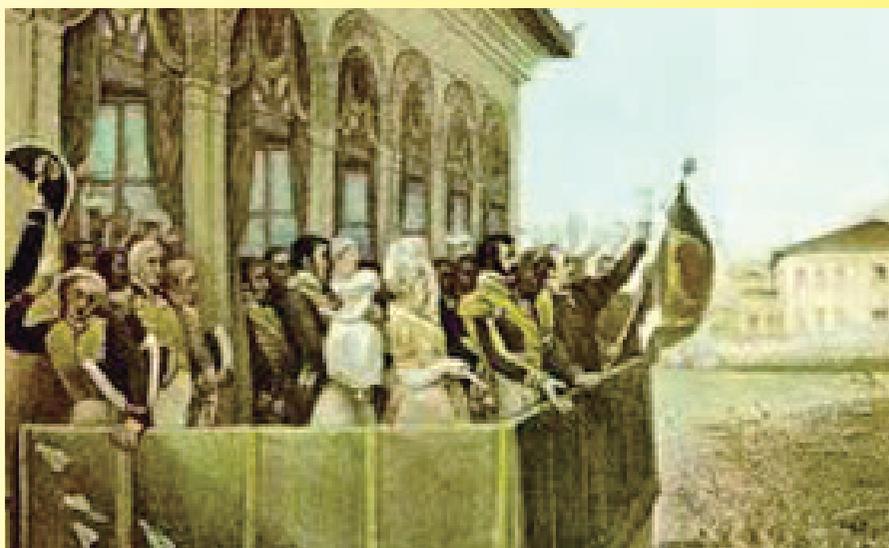
NA HISTÓRIA

Apoio de Niterói foi decisivo para o ‘Fico’

A histórica frase “Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, digam ao povo que fico”, pronunciada em 9 de janeiro de 1822 por Dom Pedro I, desobedecendo as ordens da Coroa portuguesa que exigia seu retorno imediato a Portugal, começou a ser construída também na Vila Real da Praia Grande, atual município de Niterói. O chamado Dia do Fico, que nove meses depois levaria à Independência do Brasil, passou pelo empenho e colaboração de vereadores, políticos e intelectuais da cidade. Informações levantadas no Arquivo Histórico e Documental da Câmara de Vereadores mostram que, das mais de oito mil assinaturas populares favoráveis à permanência do imperador no Brasil, pelo menos três mil foram conseguidas nas terras de Martim Afonso de Souza, o Araribóia.

Feito o trabalho de convencimento e coleta das assinaturas — certamente com a cautela que o tema merecia por configurar uma subversão às ordens impostas pelo rei de Portugal —, coube ao procurador-geral da Câmara, Francisco Faria Homem, levar o documento para José Clemente Pereira, antigo presidente da Câmara da Vila Real e então presidente do Senado. Alguns historiadores garantem que Dom Pedro proferiu a célebre frase olhando diretamente para José Clemente na janela do Paço Imperial, na Praça XV de Novembro, Centro do Rio de Janeiro.

A tensão política que culminaria, mais adiante, com o grito do Ipiranga pregando “independência ou morte” começou com a intenção de Portugal em retornar o Brasil à condição de colônia, deixando de ser vice-reinado. As elites brasileiras, tendo à frente o setor agrário, não aceitaram tal alternativa.



Dom Pedro I na sacada do Paço Imperial pronuncia a célebre frase do Fico, que resultou na Independência

Naquele momento as elites dominantes locais tinham interesse na manutenção das liberdades comerciais que o Brasil, na condição de vice-reino, havia alcançado. Tal status só foi possível por conta da vinda da família real portuguesa que fugira da Europa em guerra. A pressão interna desfavorável ao retorno de Dom Pedro e ao chamado Pacto Colonial saiu vitoriosa.

Embora a coleta de assinaturas tenha sido realizada em diversas cidades brasileiras, como Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, a colaboração da classe política niteroiense foi de grande valia. No dia anterior ao “Fico”, José Bonifácio de Andrade e Silva publicou no Jornal Gazeta do Rio de Janeiro uma carta criticando a decisão da corte portuguesa. Bonifácio era membro do governo provisório. A importância de José Clemente no episódio foi vista como fundamental pela influência que exercia sobre a classe política. O Dia do Fico fortaleceu a Independência do Brasil. José Clemente Pereira liderou

o grupo que levou ao príncipe regente um manifesto favorável a sua permanência. Redigido por Gonçalves Ledo “em nome do povo”, pedia que as ordens portuguesas não fossem cumpridas. José Clemente era bacharel em Direito, formado pela Universidade de Coimbra e muito influente junto a Dom Pedro. Em 12 de outubro de 1822, passados 35 dias da declaração de Independência, a Câmara realizou sessão solene para aclamar o imperador Pedro I e expressar, oficialmente, adesão total à independência do Império, na forma de monarquia constitucional.

Essas e outras curiosidades históricas sobre a cidade podem ser pesquisadas no Arquivo Administrativo e Pesquisa Divaldo Aguiar Lopes, da Câmara de Vereadores. São mais de 2,3 milhões de documentos, sendo 11.492 deles considerados de altíssimo valor documental. O Arquivo está aberto à visitação, bastando que seja feita a solicitação ao Gabinete da Presidência, que é liberada no mesmo dia.